



**AGENTES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: UMA ANÁLISE  
EM SANTARÉM PARÁ.**

**AGRARIAN PRODUCTION AGENTS: AN ANALYSIS IN SANTARÉM PARÁ.**

**AGENTES DE PRODUCCIÓN DEL ESPACIO AGRARIO: UN ANÁLISIS EN  
SANTARÉM PARÁ.**

**Barbara Eleonora Santos Teixeira<sup>1</sup>**

Barbara.teixeira.ufpa@gmail.com

**José Antônio Herrera<sup>2</sup>**

herrera@ufpa.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Barbara Eleonora Santos Teixeira y José Antônio Herrera (2018): "Agentes de produção do espaço agrário: uma análise em Santarém Pará", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (septiembre 2018). En línea

[//www.eumed.net/rev/caribe/2018/09/producao-espaco-agrario.html](http://www.eumed.net/rev/caribe/2018/09/producao-espaco-agrario.html)

**Resumo**

A produção do espaço agrário acontece a partir da ação de agentes que produzem suas próprias condições de existência, que inevitavelmente é a produção de sua própria história, isso significa pensar o espaço como mercadoria, pois a lógica de produção capitalista coloca o campo em condição de mercadoria, principalmente pela ação de agentes do Estado e do Capital. O espaço agrário de Santarém no Pará, é marcado por arranjos espaciais que organiza o território a partir da necessidade de expansão, produção e circulação do capital agrícola de forma mundializada, pois a produção do espaço agrário em Santarém acontece por diversos agentes sociais (Estado, capital e movimentos socioterritoriais) que caracterizam este espaço como produto de suas relações históricas de uso e valor de troca da terra.

**Abstract**

The production of the agrarian space happens from the action of agents who produce their own conditions of existence, which inevitably is the production of their own history, this means thinking of space as commodity, since the logic of capitalist production places the field in the condition of mainly by the action of agents of the State and Capital. The agrarian space of

<sup>1</sup> Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Feral do Pará-UFPA.

<sup>2</sup> Tutor Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará-UFPA.

Santarém in Pará is marked by spatial arrangements that organize the territory from the necessity of expansion, production and circulation of agricultural capital in a globalized way, since the production of the agrarian space in Santarém happens by several social agents (State, capital and socio-territorial movements) that characterize this space as the product of its historical relations of use and the value of land exchange.

### **Resumen**

La producción del espacio agrario ocurre a partir de la acción de agentes que producen sus propias condiciones de existencia, que inevitablemente es la producción de su propia historia, eso significa pensar el espacio como mercancía, pues la lógica de producción capitalista coloca el campo en condición de, la mercancía, principalmente por la acción de agentes del Estado y del Capital. El espacio agrario de Santarém en el Pará, está marcado por arreglos espaciales que organiza el territorio a partir de la necesidad de expansión, producción y circulación del capital agrícola de forma mundializada, pues la producción del espacio agrario en Santarém sucede por diversos agentes sociales (Estado, capital y movimientos socioterritoriales) que caracterizan este espacio como producto de sus relaciones históricas de uso y valor de cambio de la tierra.

**Palavra-Chave:** Espaço; campo; Amazônia.

**Keyword:** Space; field; Amazon.

**Palabra clave:** Espacio; campo; Amazonas.

JEL: R3; D2

### **Introdução**

As transformações ocorridas no espaço agrário resultam de um conjunto de ações que que oscilam segundo o tempo e o espaço social. O estudo que arrisca mostrar a produção do espaço agrário por meio da ação dos agentes de produção qualifica as ações como instrumento de transformação que muda de acordo com as necessidades do capital agrícola no contexto da globalização, onde o tempo torna-se fator essencial para obtenção de maior lucratividade no sistema econômico capitalista, no entanto, o espaço de produção e circulação capitalista exige arranjos espaciais que possam melhor executar as relações de mercado.

O espaço vai apresentar características estruturais de acordo com a necessidade do seu tempo, e da sucessão de tempos passados que imprimem no espaço arranjos que possibilitam compreender as heranças estruturais e a atual organização do espaço agrário. Portanto, a investigação e classificação dos agente de produção do espaço agrário torna-se fundamental para compreender a organização do campo. Este estudo identifica os principais agentes de produção do espaço agrário a partir do contexto agrícola de produção no qual o Brasil representa uma das principais cadeias de produção de *commodities* de soja no mundo.

Desta forma, objetivamos identificar os principais agentes de produção do espaço agrário na conjuntura do agronegócio no Brasil, principalmente no município de Santarém no Pará, onde ocorrem processos de transformação, produção e organização do espaço havendo redefinição do caráter social de uso da terra, o qual já passou por diversos processos de acumulação capitalista anteriores ao agronegócio. Esta análise será possível por meio de

critérios materialista histórico e dialético que permitam compreender a organização do campo através das sucessões históricas do espaço e tempo como condição de existência da sociedade.

A análise compreende uma serie de levantamentos bibliográficos que distingue os diferentes usos da terra para caracterizar o espaço agrário, mesmo com as mudanças na forma e funções espaciais de utilização da terra, ou do rio. No primeiro momento compreende-se a identificação e classificação dos possíveis agentes de produção do espaço agrário no contexto da produção do agronegócio no Brasil, em um segundo momentos caracteriza-se as formas e as funções espaciais que esses agentes moldam no espaço e por fim nas considerações finais os agentes de produção do espaço no município de Santarém Pará.

### **1. Os agentes de produção do espaço agrário**

Corrêa (1995), classifica os agentes de produção do espaço em cinco categorias: os donos dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sócias. No campo os donos dos meios de produção também são os donos da força de trabalho, pois o camponês possui domínio de todo processo de produção de lavra da terra, não são grandes consumidores de espaço pois a dinâmica de produção varia de acordo com as dinâmicas da natureza, fazendo a rotação de culturas de acordo com o tempo da natureza, pois seu mercado de produção não está ligado ao grande mercado de *commodities*, mas ao mercado local e o sustento de sua família.

Os proprietários fundiários, ou seja, os donos da terra, disponibilizam suas terras em um sistema de arrendamento que é feita em grande e pequena escala, desde o grande latifundiário ao camponês, o dono da terra arrenda parte do solo para fins de produção agrícola ou atividade pecuária, sendo que essas relações em muitos casos não ocorre a penas via circulação monetária, mas também a partir das relações de vizinhança e parentesco, onde a terra é cedida à um vizinho ou parente a fim de dividir a produção entre proprietário e arrendatário.

Os promotores imobiliários, estão associado ao Estado e as agências de fomento como a Embrapa, esses promotores imobiliários visam tornar a terra cada vez mais atraente a novos produtores, ou a novos projetos de uso e apropriação do solo, subsolo e rios, oferecem incentivos fiscais, financiamentos e assistência técnica como estratégia de atração de novos investimentos no território. Segundo Solange Gayoso (2012, p. 2), um dos fatores que contribui para a comercialização de terra, é o “grande volume” de terras dispostas em algumas regiões do Brasil, como a região Norte, que oferecem valor baixo e grande interesse por parte dos Estados na implantação da lavoura comercial, sendo que a aplicação de insumos agrícolas, tais como os insumos mecânicos de maquinas e equipamentos na correção do solo, na utilização de tratores, arado e implantação de sistema de irrigação, entre outros recursos do tipo, que promovem a valorização da área inserindo no contexto mais “moderno”, viabilizando a instalação de multinacionais que possuem interesse estratégicos de produção na região.

Outro agente de produção do espaço segundo Corrêa (1995) é o Estado, ao transpor esta análise para o campo, compreende-se que este agente faz parte da estrutura organizacional do campo, pois este possui instrumentos que ordenam o território de acordo com os interesses governamentais de desenvolvimento econômico do país. Segundo Alencar e Menezes (2009), o Estado sempre viabilizou a ampliação e reprodução do capital de forma direta ou indireta.

O Estado é um dos principais agentes na produção do espaço (urbano e rural) como uma totalidade, seja na forma de intervenção direta ou indireta sempre viabilizando os interesses de ampliação e reprodução do capital nos diferentes territórios. As intervenções públicas foram e ainda são muito comuns no planejamento e gestão do espaço com a finalidade de criar facilidades para reorientação de investimentos do capital público e privado, buscando, dessa forma, amenizar as diferenças entre regiões e lugares que são inerentes ao modo capitalista de produção (ALENCAR; MENEZES, 2009, P. 122).

Essas intervenções públicas estão ligados a infraestrutura de capitais fixos como parte do processo produtivo (produção, circulação, distribuição e consumo) de capital, que na maioria das vezes é agente de produção de atores hegemônicos que tem suas relações espaciais segundo a lógica capitalista. Desta forma Santos (2012, p. 226), afirma que o Estado exerce um papel de intermediário entre as forças externas e internas, no entanto, este não é um intermediário passivo, ou seja, a organização do espaço sob influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce naquele momento, e sob quais finalidades ele se projeta no espaço, ainda segundo Santos (2012), países em desenvolvimento como o Brasil buscam sempre desenvolvimento de sua economia interna e integração entre suas regiões.

Neste sentido Corrêa (1995) identifica instrumentos que o Estado dispõe e produz o espaço, a partir desse instrumentos de análise é possível compreender a lógica e as condições das ações do Estado no espaço.

O Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano. São os seguintes: direito de desapropriação e precedência na compra de terras; regulamentação do uso do solo; controle de limitação dos preços das terras; limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros, e implantação de infraestrutura; organização de mecanismos de créditos à habitação; e pesquisas, operações-testes como materiais e procedimento de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material (CORRÊA, 1995, P. 4).

Ao considerar as condições em que o espaço é produzido no campo, destaca-se os seguintes instrumentos de análise, o direito de desapropriação e precedência na compra de terra, pois mesmo que a ocupação e desapropriação ocorra via pressão dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais é o Estado quem legaliza a propriedade fundiária. Os impostos que variam de acordo com a dimensão da propriedade financiam as obras de infraestrutura como estradas, portos aeroportos, etc. No entanto, essas obras dependendo do

interesse privado e do poder de barganha do Estado podem ser realizadas via parceria público privado.

Esses arranjos espaciais promovem uma organização do espaço voltada para uma estrutura econômica e social dominante que em primeira instância atende as necessidades das elites e o grande capital, tornando o espaço agrário processo e produto de um sistema agroindustrial que visa formar nossos núcleos de exploração agrícola com finalidade a exportação, no entanto, os interesses do Estado, orquestrado pelo capital, entram em conflito com as classe sócias, historicamente divergentes a esses interesses. Contudo, o Estado produz espaços de desenvolvimento geográfico desigual, pois a região que não oferece condições de exploração ou não é importante para o circuito de produção do capital torna-se precária quanto as obras do Estado (THEIS, 2009).

Neste sentido, Theis (2009), destaca que o capital ignora os espaços que as perspectivas de lucros são baixas, e se move para onde as perspectivas de lucros são mais altas. Desta forma, o Estado tenta articular formas de estruturar o espaço para garantir que todas as regiões do país possuam condições indispensáveis de uma economia avançada. No entanto, os espaços são pensados e articulados sem assim incluir políticas que resguardem formas de reprodução do espaço dos movimentos socioterritoriais que possuem uma racionalidade diferente, assim consideradas regiões perdedoras.

Daí que regiões perdedoras de ontem podem ser as que propiciem melhores condições de valorização para o capital amanhã. Por isso, num momento seguinte, uns espaços experimentam taxas elevadas, outras taxas reduzidas de acumulação. Entretanto, no contexto do *admirável mundo novo do capitalismo mundializado*, e contrariando os cânones do neoliberalismo, todos ficam à espera de que uma *mão visível* opere algum milagre – por exemplo, force a realização de investimentos públicos (HARVEY, 2006; SMITH, 1988). A co-existência, simultânea e dinâmica, de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos é o *resultado* do desenvolvimento geográfico desigual. Mas, também, é *condição* para o processo de continuada valorização do capital (THEIS, 2009, P.248).

O resultado da produção do espaço pela gênese do Estado manifesta a coexistência de espaços sociais, e por sua vez geográficos, que possuem funções e racionalidades diferentes, caso do agricultura agroindustrial e a produção camponesa, marcando o espaço agrário por conflitos de forças opostas na disputa por território.

Por fim, ainda com base em Corrêa (1995), compreendemos que os grupos socialmente excluídos são relevantes agentes de produção do espaço, contudo, ao buscar uma análise para o campo compreendemos estes grupos como movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Segundo Fernandes (2005), esses movimentos são tanto instituições formais e não formais, como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Neste sentido, Fernandes (2005), diferencia movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais:

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005, P. 31).

Assevera ainda que:

Os movimentos socioespaciais também possuem diferentes escalas. Podem atuar da escala mundial à escala local. São predominantemente agências de mediação. Um exemplo de movimento socioespacial global do é o Greenpeace. Um exemplo de movimentos socioespacial em escala local são as organizações de bairro em luta contra a carestia ou pela implantação de serviços sociais, como energia elétrica, asfalto, escolas etc (FERNANDES, 2005, P. 32).

Os espaços produzido por esses movimentos são diversos e constituem-se de acordo com suas demandas e suas necessidades de reprodução social e cultural, que está diretamente ligada as suas relações econômicas, tornando-se o conjunto desses três aspectos, o meio de vida desses movimentos, principalmente os movimentos socioterritoriais por estarem mais diretamente ligados a terra/território. Pois nesta perspectiva o campo não é entendido como mercadoria, mas como condição de existência dessas populações. A partir disto, estes agente produzem espaços que possibilitam a reprodução do seu meio de vida, quanto a condições mínimas de sobrevivência, como escolas, posto de saúde, estradas, políticas de assistência rural entre outros.

A luta pelo direito de existência, produz condições de conflitos com forças hegemônicas e até mesmo com o próprio estado, que entendem essas relações como atrasadas e arcaicas ao priorizar atividades de desenvolvimento territorial ligadas a reprodução do capital agroindustrial como a produção de *commodities* de soja. Desta forma, o espaço agrário é resultado de diversos processos e agentes de produção que segundo as suas intencionalidades imprimem no espaço condições de subordinação ou insubordinação de grupos sociais (FURINI, 2014).

Assim o campo é palco de produção do espaço agrário a partir das diversas ações dos agentes de produção que fazem parte desse espaço que é ao mesmo tempo processo, condição e resultado dessas relações de existência e coexistência de tempos e funções. No entanto, cabe ressaltar que o espaço agrário não é igual e uniforme, ele é diverso e múltiplo, pois possui diversas formas e funções que varia de acordo com os processos que ocorre nesse tempo e espaço, pois este processo é desigual e combinado (THEIS, 2009). A partir disto entendemos como fundamental interpretar as diversas formas e funções que se desencadeia no espaço agrário.

## **2. Formas e funções do espaço agrário**

Segundo Corrêa (1995) no espaço ocorre uma série de processos que criam funções e formas espaciais, entre esses processos, destaca-se a acumulação de capital e a reprodução social que possuem grande importância. Neste sentido, os processos ao desencadear as formas e funções, ou seja, atividade e materialização constituem a paisagem do espaço agrário. As formas estão ligadas aos diversos modelos agrícolas implantados no território instituídos em vários momentos como parte do processo histórico do espaço agrário. No entanto, esses

processos que resultam nas formas do espaço tem implicações não somente no campo, mas nas transformações ocorridas no espaço como um todo, tal como Tonioli; Serra; Fauro, (2016) destacam em sua análise:

Tais mudanças, no que se refere aos diferentes modelos agrícolas implantados em determinados momentos, registradas no decorrer do processo histórico do Noroeste paranaense, implicam não somente em uma mudança na pauta agrícola, mas em transformações muito mais significativas que afetam toda a organização do espaço, como a estrutura fundiária através da concentração de terras versus os conflitos pela posse da terra, alta valorização do mercado imobiliário de terras, a organização social através de novas articulações nas relações de trabalho/mão-de-obra, o aumento da marginalização/violência urbana, rearranjo do espaço urbano pelo surgimento de novos bairros e áreas industriais, fomento do setor terciário, construção civil, dentre outros aspectos (.TONIOLI; SERRA; FAURO, 2016, P. 114).

Com isso, percebe-se que no atual processo global da produção agrícola, onde o Brasil cumpre importante papel na produção de *commodities*, esse novo modelo agrícola desempenha novas formas de organização espacial pautada na concentração fundiária e nas relações de trabalho assalariado, levando em consideração este caráter dinâmico do espaço agrário, que se molda pela intensidade com que o capital se instala e provoca transformações na organização deste espaço, é que se observa analiticamente a mutação das formas (pretéritas e atuais) que o compõe, como a concentração de terra, atualmente feita pelo agronegócio. (TONIOLI; SERRA; FAURO, 2016).

Andrade (2002) ao analisar a passagem do século preocupa-se com as novas funções e as novas formas que o espaço agrário desempenha na sociedade, pois em suas análises o tamanho da propriedade e o poder econômico e político do proprietário definem a sua função e determina a implantação de infraestrutura. Esta avaliação é importante para que possamos compreender a partir dos agentes de produção, quais eram as formas e as funções que antecederam a atual estrutura do espaço agrário brasileiro.

O tamanho da propriedade e o poder econômico e político do proprietário definiam a sua função e determinavam a implantação de estruturas que viabilizassem o crescimento da produção - portos, vias férreas, indústrias, etc.; a pequena produção, feita em porções marginais da grande propriedade, por trabalhadores sem terra - foreiros e meeiros - (Andrade, 1998) tinha uma função suplementar, garantiam o abastecimento local e retinham a força de trabalho, permitindo a sua convocação quando se fizesse necessário a grande lavoura (ANDRADE, 2002, P. 14).

As formas definem as funções, pois na atual conjuntura do espaço agrário é possível identificar muitas formas e processos de organização do espaço, como a construção de barragens que tem a função de gerar energia para suprir, em sua maior parte, as necessidades energéticas da indústria, outra forma de organização do espaço agrário se dá através do agronegócio que direciona grande parte das terras para a produção em larga escala de monocultura de exportação, sua função no espaço é trazer o desenvolvimento agrário para as regiões que dispõem da prática desta cultura, mas sobretudo aumentar a cadeia de produção do país aumentando os lucros da balança comercial com exportações em grande escala para outros continentes.

Sem embargo destacamos a forma e função dos movimentos socioterritoriais, que além de agentes de produção do espaço, também condicionam territórios camponeses, que tem forma e organização totalmente diferente daquela incorporada pelo agronegócio, sendo que os territórios camponeses desempenham funções de reprodução familiar, e não possuem a preocupação de produzir para o mercado, além de contar com poucos recursos tecnológicos e menor extensão de terras Segundo Sobreiro Filho (2017) os movimentos socioterritoriais compreendem um fenômeno de luta e resistência que funciona como principal vetor de transformação da realidade socioespacial, considerados processos e fenômenos contra hegemônicos, pois estes tem sua lógica de reprodução diferente do agronegócio.

Em outras palavras, podemos dizer que os movimentos socioespaciais, socioterritoriais e outras formas de *contentious politics* construíram um modelo de desenvolvimento lastreado na conflitualidade como única opção para alcançar sua produção e reprodução socioespacial/socioterritorial em detrimento da perspectiva dicotômica que se embasa em uma separação “essencial” transvestida de “desenvolvimento” que nada mais significa que não os interesses ideológicos das relações hegemônicas. Ademais, aos auspícios da perspectiva de escala como locus das ações políticas denota-se que o cunho pejorativo se prostra a favor das perspectivas hierárquicas que apresentam restrições para a participação popular e descentralização do poder; 3) a conflitualidade é produto das relações desiguais baseadas em recursos e diferentes feições do poder, mas, simultaneamente, é processo produtor e reproduzidor de novos modelos de desenvolvimento territorial; 4) a conflitualidade é estado e situação, quantidade e qualidade, objetividade e subjetividade, temporalidade e espacialidade, multiescalaridade e multidimensionalidade, convergência espacial, coalizão e divergência, movimento e devir que apresenta apetite para uma nova formação ou resolução de uma contradição socioespacial/socioterritorial; 5) os conflitos como eventos têm papel fundamental por explicitar a conflitualidade. No entanto, a conflitualidade está para além do fato, pois caracteriza-se também como processo e, portanto, encastela-se embotada de qualidades históricas e apresenta potencialidade para descortinar contradições do *devir* e processos políticos para além dos modelos de desenvolvimento territoriais e sistema sociopolítico capitalista (SOBREIRO FILHO, 2017, P5).

Os movimentos socioterritoriais modelam seu espaço a partir das ações políticas de luta e conseqüentemente de conflitualidade, que estes desenvolvem no espaço, no entanto, o autor destaca a conflitualidade como produto das relações desiguais das feições de poder, que simultaneamente é produtor e produto de novas relações, ou seja, a conflitualidade é a forma pelo qual o espaço camponês se molda diante a ações antagônicas que o estado promove entre campesinato e capital agroindustrial. Esta consonância de modelos de desenvolvimento do campo, produz novos modelos de desenvolvimento territorial, pelo qual os movimentos socioterritoriais tentam emergir frente aos modelos de desenvolvimento agrário implantados pelo Estado.

Portanto a produção do espaço agrário ocorre a partir da ação de agentes do espaço, que modelam e caracterizam as formas e as funções espaciais de acordo com suas necessidades de desenvolvimento, sendo o espaço agrário resultado de todas essas dinâmicas entre vários agentes com suas diferentes formas e funções, havendo um espaço palco de conflitos e disputas por território, sejam estas disputas no campo material ou ideológico, como as políticas de desenvolvimento agrário e as disputas por terra/território entre camponeses e produtores de soja. Cabe a esta análise uma visão geográfica a partir de seu objeto de estudo, o espaço, para as dinâmicas ocorridas no campo, pois as mudanças ocorridas neste espaço



trazem consequências e projeções socioespaciais muito mais amplas para a sociedade como um todo.

### 3. Considerações Finais

Não esgotadas as discussões e análise da produção do espaço agrário e seus agentes, consideramos importante a compressão empírica destes elementos, tendo como objeto de investigação o espaço agrário do município de Santarém no Oeste do Estado do Pará. Município este que passa por diversos processos de organização e reestruturação do espaço agrário a partir das políticas de desenvolvimento territorial do país. As políticas de desenvolvimento territorial que o Brasil adota como estratégia de crescimento econômico, esta pautada na produção de *commodities* principalmente da monocultura da soja, que passa a ganhar grande parte das regiões do Brasil, chegando mais recentemente na Amazônia.

Santarém é umas das áreas que mais desperta interesse por parte do Estado e do capital agroindustrial, pois este município possui localização estratégica para o escoamento da produção de *commodities* do país, tendo acesso ao rio Amazonas que possui saída direta para o oceano Atlântico até a Ásia e Europa, principais destinos deste tipo de produção. A implantação de infraestrutura viária e portuária que possam atender a necessidade de circulação e escoamento desta produção que em grande parte vem do Estado do Mato Grosso, acarretam uma série de conflitos na região, pois a implantação do porto da Carrigill em Santarém as margens do rio Tapajós em confluência com o rio Amazonas, atraiu produtores de soja de outras regiões do país, não a penas pela oportunidades de produção em uma áreas mais próxima das rotas de escoamento, mas sobretudo por incentivos fiscais e assistência técnica de órgão de fomento como a EMBRAPA. Estes incentivos atrai cada vez mais produtores de soja para esta região, que possuem uma dinâmica de trabalho com a terra diferente das já praticada no município.

A compra de grandes áreas de terra destinadas a plantação de monocultura de soja , acabam por adentraram em comunidades camponesas causando conflito pelo uso e apropriação do solo e a lógica de produção divergente dos dois modelos de desenvolvimento. Desta forma, a produção do espaço agrário do município de Santarém, a partir desta análise, acontece por dois principais agentes, o Estado orquestrado pelo capital e os movimentos socioterritoriais, que se organizam a partir de identidades étnicas (quilombola, indígena) como estratégia políticas territorial de garantir o direito e a posse da terra, sendo também uma forma de conter a concentração de terra, desmatamento, poluição das nascentes e igarapés. No entanto, o processo de estruturação do território nacional para a integração das regiões produtoras de soja e demais *commodities* requer uma consolidação deste modelo no país, pois este é considerado a melhor estratégia de desenvolvimento para o campo, sem considerar as dinâmicas de reprodução cultural e familiar dos pequenos produtores que lidam com a produção direta da terra e a substância.

Tais agentes de produção do espaço impõem suas ações e processos de produção, trazendo a tona formas de organização antagônicas que representam o embate que se tem

neste espaço, sento o espaço agrário de Santarém produto da articulação políticas do estado e os demais capitais agroindústrias e o interesse de integração de desenvolvimento das regiões do país via produção do agronegócio. Da mesma forma os movimentos socioterritoriais, impõem suas demandas e lutas por melhores condições de existência no campo, sendo essa luta condição espaciais para conseguir formas de resistência e permanência no campo, frente ao mais novo modelo de desenvolvimento econômico do país, pois a garantia da terra dessas populações significa preservação e continuação de um modo de vida daquele que vive e tem suas relações imbricadas no campo, o camponês.

Contudo, os donos dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários são importantes agentes de produção do espaço agrário e podem ser analisados de forma objetivas através dos dois principais agentes de produção do espaço agrário, Estado e movimentos socioterritoriais, que abarcam os demais agente de produção do espaço, entretanto, cabe ressaltar que a compreensão deste espaço de análise é complexa e dinâmica, se fazendo necessário o estudo detalhado dos cinco agentes de produção do espaço tal como coloca Corrêa (1995) em seu ensaio. Desta forma, concebemos o espaço agrário de Santarém como processo, condição e produto das ações dos agentes de produção do espaço a partir da dinâmica do tempo em que se consolida uma teorias de desenvolvimento econômica nacional e as dinâmicas que o espaço geográfico se consolida nesse espaço temporal das relações sócias, não so do campo mas das relações interesaciais.

### **Bibliografia**

- ALENCAR, M. T.; MENEZES, A. V. C. (2009): Ação do Estado no Espaço Rural: Transformações Territoriais. Revista: Campo - Território, v. 4, p. 121-147, 2009.
- ANDRADE. M.C (2002): Espaço agrário brasileiro: Velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. Revista: GEOUSP-espaço e tempo, São Paulo. Nº 12, p. 11-19. 2002.
- CORRÊA. R. L. (1995): A produção do espaço urbano. -3 ed. Nº 174, 1995. P. 1-16.
- COSTA, S.M.G da. (2012): Territórios e mercado de terras no Baixo Amazonas: expansão da sojicultura e valorização fundiária. In: VI Encontro associação nacional de pós graduação e pesquisa em ambiente e sociedade, 2012, Belém. anais do vi encontro associação nacional de pós graduação e pesquisa em ambiente e sociedade, 2012.
- FERNANDES, B. M.(2005): Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatorio Social de América Latina., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FURINI, L. A.; FUINI, L. L. ; PEDON, N. R.(2014): Os agentes urbanos: conceito e características principais. Geografia e Pesquisa (UNESP. Ourinhos), v. 8, p. 15-24, 2014.
- SANTOS. M. (2012): Por uma geografia nova. – 6.ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. – (coleção Milton Santos).
- SOBREIRO FILHO, J.(2017): Instrumentos teóricos para analisar os movimetnos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces. REVISTA NERA (UNESP), v. 39, p. 13-38, 2017.
- THEIS. I. M. (2009): Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. Revista: Novos Cadernos NAEA, v 12, n. 2,p.241-252, dez. 2009. ISSN 1516-6481.

TONIOL, F. P. da F ; FAURO, J. C. S. ; SERRA, E (2016) : O ESPAÇO AGRÁRIO PELA ÓTICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E DA PAISAGEM. Revista Percurso (Online), v. 8, p. 111-128, 2016.